



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 272/2015 - GPGJ

São Luís (MA), 27 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Jeferson Luiz Pereira Coelho
Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público
CNMP- Brasília

**Assunto: Relatório anual - Lei de Acesso à Informação – Resolução n.º 89
Ministério Público do Maranhão**

Senhor Conselheiro,

Cumprimentando-o, venho através deste expediente, por força da Resolução n.º 89 , encaminhar a Vossa Excelência Relatório anual apresentado pela Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público do Estado, acerca dos requerimentos endereçados pelos cidadãos ao Ministério Público do Estado, com base à Lei de Acesso a Informação.

As informações durante o ano de 2014 foram recebidas pela Secretaria para Assuntos Institucionais, através da Dra. Fabíola Fernandes Faheina Ferreira, gestora do Portal da Lei de Acesso à Informação, sendo recebidas 30 solicitações, onde todas foram atendidas, sem nenhuma decisão de indeferimento e sem recurso, considerando que as informações solicitadas em sua maioria estava publicada no Portal da Transparência e de livre acesso a todos os cidadãos. As demais solicitações foram relacionadas a denúncias do cidadão sobre desvio de dinheiro público e que foram endereçadas aos membros do Ministério Público com atuação na área envolvida para adoção de medidas cabíveis. Informamos ainda que diariamente se busca aperfeiçoar o acesso dos cidadãos as informações de interesse público e facilitar para que todas estejam a disposição.


REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

2015 – "Ano Internacional da Luz"

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro CEP: 65020-910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1736 / Fax – (98) 3219 1740



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATORIO ANUAL

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO RECEBIDOS, ATENDIDOS E INDEFERIDOS COM BASE NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E MEDIDAS ADOTADAS E IMPLEMENTADAS;

Por força da Resolução n.º 89, de 28 de agosto de 2012 e determinação de Vossa Excelência, através de designação de Vossa Excelência, apresento relatório anual dos pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos com base na Lei de Acesso à Informação, consoante previsão legal no artigo 25 da referenciada Resolução.

1- Durante o ano de 2014 foram recebidos no âmbito da Secretaria para Assuntos Institucionais, via sistema de Protocolo e email contato@mpma.mp.br, criado exclusivamente para receber os formulários eletrônicos direcionados pelos cidadãos, um total de 30 pedidos tendo sido todos atendidos e encaminhadas as informações aos solicitantes. Durante o ano de 2014, não houve nenhum indeferimento das solicitações, considerando que as mesmas estavam acessíveis e já amplamente publicadas no Portal da Transparência e na Lei de Acesso ao Cidadão. Informamos ainda que não houve a interposição de recurso por nenhum cidadão.

2- Esclarecemos que as solicitações feitas tratavam das seguintes matérias :

- 1.1- 1 pedido de informação sobre procedimentos disciplinares em andamento e concluídos;
- 1.2 1 pedido de informação sobre cargos técnicos, comissionados na área da saúde bucal e médica;
- 1.3 1 pedido de informação sobre procedimentos disciplinares em andamento e concluídos;
- 1.4 1 pedido de informação sobre a legislação dos servidores ;
- 1.5 1 pedido de informação sobre estagiários do Ministério Público;
- 1.6 1 pedido de quantidade de promotores e procuradores de justiça;

2015 – "Ano Internacional da Luz"

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro CEP: 65020-910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1736 / Fax – (98) 3219 1740



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

- 1.7 1 pedido de informação sobre horário de funcionamento das promotorias de justiça;
- 1.8 1 pedido de informação sobre o plano de cargos e carreira do Ministério Público;
- 1.9 1 pedido de informação sobre servidores cedidos;
- 1.10 19 denúncias sobre maus tratos de animais, corrupção, paternidade, registro de imóveis e outros assuntos correlatos, que foram encaminhadas aos Promotores de Justiça- órgão de execução;

3- Salientamos, que o Ministério Público do Estado vem adotando todas as medidas para o aperfeiçoamento no atendimento ao cidadão, nos moldes previstos na Lei Federal e na Resolução do CNMP, bem como implementando medidas para que o Portal da Lei de Acesso ao Cidadão contenham todas as informações acessíveis de forma clara e objetiva.

4- Estamos em fase de elaboração e catalogação das informações de natureza sigilosa, para que sejam classificadas adequadamente, na forma da Lei de Acesso ao Cidadão, bem como a CMTI está a cada dia aperfeiçoando o Portal da Lei de Acesso ao Cidadão com base nas normas de acessibilidade. Outro ponto a destacar que serão implementados com urgência: relação dos membros que participam de Conselho e assemelhados, externamente a Instituição e recomendações expedidas, considerando que estes itens ficam publicados no Portal da Biblioteca; e que serão publicados com urgência também os itens metas, resultados alcançados, dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e registro de competências, mas serão colocados no Portal da Lei de Acesso ao Cidadão;

5- Podemos destacar, que inobstante constar no relatório do CNMP que os seguintes itens não estão cumpridos, ressaltamos que estes itens estão à disposição do cidadão: Termos de Ajuste de Conduta anos de 2011, 2012 e 2013 e em fase de compilação das publicações de 2014; Audiências públicas realizadas e endereços de correio eletrônico (email funcional dos membros) estão devidamente publicadas na página do MP;

2015 - "Ano Internacional da Lei"



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**

6- Cabe frisar que no Setor de Procolo do Ministério Público existem os formulários específicos para que sejam solicitadas as informações, bem como na pagina existe o formulário eletrônico de fácil acesso e consulta, com sala para consulta pelo cidadão no Ministério Público.

**FABIOLA FERNANDES FAHEINA FERREIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA
SECRETARIA INSTITUCIONAL DO MINISTERIO PÚBLICO**